A DUPLA OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE A EDUCAÇÃO: FECHAMENTO DE ESCOLAS E DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICA

THE DOUBLE OFFENSIVE OF AGRIBUSINESS ON EDUCATION: CLOSURE OF SCHOOLS AND POLITICAL-IDEOLOGICAL DISPUTE

LA DOBLE OFENSIVA DEL AGRONEGOCIO SOBRE LA EDUCACION: EL CIERRE DE ESCUELAS Y DISPUTA POLITICO-IDEOLOGICA

Paulo Alentejano
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
E-mail: paulinhochinelo@gmail.com

Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)
E-mail: tassia.cordeiro@iff.edu.br

Roberta da Costa Lines
Rede Pública de Maricá
E-mail: roberta_lines@hotmail.com

Ingrid da Silva Linhares
Mestre em História Social (PPGH, UFF)
E-mail: ingridlinhares@id.uff.br

Leonam Bonato da Silva
Rede Pública de Paraíba do Sul
E-mail: bonato.s@hotmail.com

Resumo:

O presente artigo analisa a dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação nas últimas décadas no Brasil. Abordando a construção da hegemonia do agronegócio com base em categorias gramscianas, analisamos a influência do agronegócio sobre o fechamento de escolas no campo e um conjunto de iniciativas no campo educacional. Para analisar a expansão do agronegócio utilizamos dados do IBGE sobre o crescimento de três produções estratégicas para o agronegócio: soja, cana-de-açúcar e bovinos. Também analisamos o fortalecimento político do agronegócio com base na evolução da representação parlamentar vinculada à Frente Parlamentar da Agropecuária. Para analisar o fechamento de escolas no campo nos baseamos em dados do INEP. A partir de pesquisa bibliográfica e acompanhamento da mídia nos debruçamos sobre as ações educacionais do agronegócio. Concluímos que a dupla ofensiva sobre a educação é parte relevante da construção da hegemonia do agronegócio, contribuindo para bloquear o debate sobre a reforma agrária, a devastação ambiental e a violência contra os povos do campo.

Palavras-chave: Agronegócio, Educação, Hegemonia.

Abstract:
This article analyzes the double offensive of agribusiness on education in recent decades in Brazil. Approaching the construction of the hegemony of agribusiness based on gramscians categories, we analyze the influence of agribusiness to the closure of schools in rural areas and initiatives in the educational field. To analyze the expansion of agribusiness, we used IBGE data on the growth of three strategic productions for agribusiness: soy bean, sugar cane and cattle. We also analyzed the political strengthening of agribusiness based on the evolution of the parliamentary representation represented by the Parliamentary Front of Agriculture and Livestock. To analyze the closing of rural schools, we based our research on data from INEP. Based on bibliographic research and follow-up of the media, we focus on the educational actions of agribusiness. We conclude that the dual offensive on education is an important part of the construction of the hegemony of agribusiness, contributing to block the debate on agrarian reform, environmental devastation and violence against rural people.

Keywords: Agribusiness, Education, Hegemony.

Resumen:
El presente artículo analiza la doble ofensiva del agronegocio sobre la educación em las últimas décadas en Brasil. Acercándose a la construcción de la hegemonia del agronegocio con base em categorías gramscianas, analizamos la influencia del agronegócio sobre el cierre de escuelas em el campo y iniciativas em el campo educativo. Para analizar la expansión del agronegocio utilizamos datos del IBGE sobre el crecimiento de tres produciones estrategicas para el agronegocio: soja, caña de azúcar y bovinos. También analizamos el fortalecimiento político del agronegocio con base em la evolución de la representación parlamentaria vinculada al Frente Parlamentario de la Agropecuaria. Para analizar el cierre de escuelas em el campo nos basamos em datos del INEP. A partir de la investigación bibliográfica y el seguimiento de los medios de comunicación nos centramos em las acciones educativas del agronegocio. Concluimos que la doble ofensiva sobre la educación es parte relevante de la construcción de la hegemonia del agronegocio, contribuyendo a bloquear el debate sobre la reforma agraria, la devastación ambiental y la violencia contra los pueblos del campo.

Palabras-clave: Agronegocio, Educación, Hegemonia.

Introdução

Nas últimas duas décadas o agronegócio se transformou em força hegemônica na sociedade brasileira, resultado de um processo de expansão econômica que se desdobra em crescente força político-ideológica. Neste texto, buscaremos demonstrar o quanto a concretude das relações sociais de produção no campo se desdobra nas relações superestruturais, especialmente no campo da política parlamentar.

Nesse sentido, nosso objetivo fundamental é analisar a dupla ofensiva do agronegócio na educação pública: por um lado o fechamento de escolas no campo, por outro a ofensiva ideológica - que engloba uma diversidade de ações voltadas para o controle do conteúdo ensinado nas escolas do campo e da cidade, no que diz respeito ao agronegócio.

Nessa direção, defendemos que a delimitação teórica do agronegócio é fundamental para o rastreamento das intencionalidades de sua atuação e para o levantamento de seus impactos no contexto educacional. Para tanto, tomamos por base o entendimento de que o agronegócio é um setor que tem como marca a expansão da "produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial" (ALENTEJANO, 2020a, p. 252).

Além disso, o setor se estabelece enquanto um pacto político e econômico envolvendo diferentes esferas, que sustentam a construção e a manutenção de seu projeto de poder/ideologia.

Alentejano (2020b) destaca que a estratégia política de ancorar a economia na exportação de *commodities* não é exclusiva do Brasil e foi disseminada por toda a América Latina, configurando o que Svampa (2013) denominou de "consenso das *commodities*", espécie de consenso político e ideológico de que a única via legítima ou possível para o desenvolvimento é através da exploração intensiva e em grande escala de recursos naturais para a produção de produtos primários.

Para dar conta de responder as questões postas, este artigo está estruturado em duas partes, além desta introdução e da conclusão: uma primeira destinada a analisar a expansão econômica do agronegócio e seu fortalecimento político-ideológico e uma segunda centrada na análise da dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação. Em termos metodológicos, o estudo possui uma aborgagem qualitativa, que requer uma articulação com dados quantitativos, coletados junto a fontes governamentais. A pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, juntamente com o acompanhamento da mídia acerca do tema, compõem o processo investigativo. Por fim, cabe pontuar que a análise, de escala nacional, tem por marco temporal o período entre 1997 e 2019, visto que somente a partir de 1997 os dados educacionais acerca das escolas rurais estão disponíveis .

A expansão econômica do agronegócio e seu fortalecimento político-ideológico

Nesta seção buscamos apontar alguns elementos que caracterizam o processo de transformação do agronegócio em uma

força hegemônica na sociedade brasileira. Para tanto, dividimos as discussões em duas subseções, a saber: a dimensão econômica e a dimensão político-ideológica.

A dimensão Econômica

Com vistas à compreensão do agronegócio e do processo de constituição de sua hegemonia[1], recorremos às análises de Guilherme Delgado (2012) sobre a configuração do capital financeiro na agricultura, entre 1965 e 2012. O autor periodiza a estrutura econômica da agricultura em três fases com diferentes projetos, mas que têm em comum a defesa intransigente da intocabilidade da estrutura fundiária do país. Em resumo, a primeira seria a fase da *modernização conservadora* (1965/1985), quando se constitui o padrão do capital financeiro na agricultura; a segunda seria a de *transição* (entre meados dos anos 1980 e o fim dos anos 1990), quando não há uma convergência de uma estratégia hegemônica para a agricultura e sim pressões contraditórias no âmbito das políticas agrícola (crédito, preços agrícola, comercialização, estoque de alimentos, assistência técnica e extensão rural) e agrária (fundiária, trabalhista e ambiental); já a última e atual fase é a de *reestruturação da economia do agronegócio* (anos 2000), quando ocorre a reorganização da estratégia do período militar, mas com diferenças substanciais, tais

[11] Consideramos a hegemonia a capacidade de direção intelectual e moral, que busca conformar o consenso, especialmente no âmbito da sociedade civil, sem deixar de mobilizar dispositivos de força (GRAMSCI, 2014).

como o caráter político do pacto do agronegócio e a primazia da economia primário-exportadora.

Em síntese, o agronegócio pode ser considerado "uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado" (DELGADO, 2012, p. 94). Portanto, a articulação público-privada das políticas agrícolas e agrária de Estado passa a constituir o que Delgado (2012) denomina de *novo pacto da economia política do agronegócio*, que coloca a questão agrária em novos patamares. Uma das características que destacamos desse período de hegemonia do agronegócio é seu duplo teor de superexploração, por envolver tanto a exploração exacerbada do trabalho quanto da natureza.

Observa-se que a expansão do agronegócio globalizado ocorre concomitantemente à fragmentação do espaço agrícola devido ao seu caráter espacialmente seletivo e socialmente excludente, o que induz à mecanização desses espaços. Soma-se a isto o aumento da proporção da natureza social sobre a natural, com o meio natural e o técnico sendo rapidamente substituídos pelo meio técnico-científico-informacional, culminando em um acelerado processo de reorganização do espaço agrícola, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e incrementando a urbanização (ELIAS, 2007).

Para fundamentar a caracterização da hegemonia econômica do agronegócio no campo brasileiro e seu conteúdo territorial "expansionista", optamos pelo levantamento quantitativo da produção de três *commodities* que perfazem a pauta de

exportação do setor (1997/2019): as áreas colhidas (ha) de soja em grão e cana-de-açúcar e o número total de cabeças de bovinos. Os dados obtidos foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021a, 2021b), através da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e ordenados por Grandes Regiões (CORDEIRO, 2022).

Desse modo, os dados coletados (Tabela 1 e Gráfico 1) expressam a variação no período estudado da produção desses itens, possibilitando a investigação da materialidade e da forma do processo de expansão produtiva e de territorialização do setor no país.

Tabela 1 - Variação da área colhida (ha) de soja em grão, cana-de-açúcar e do rebanho bovino (1997/2019)

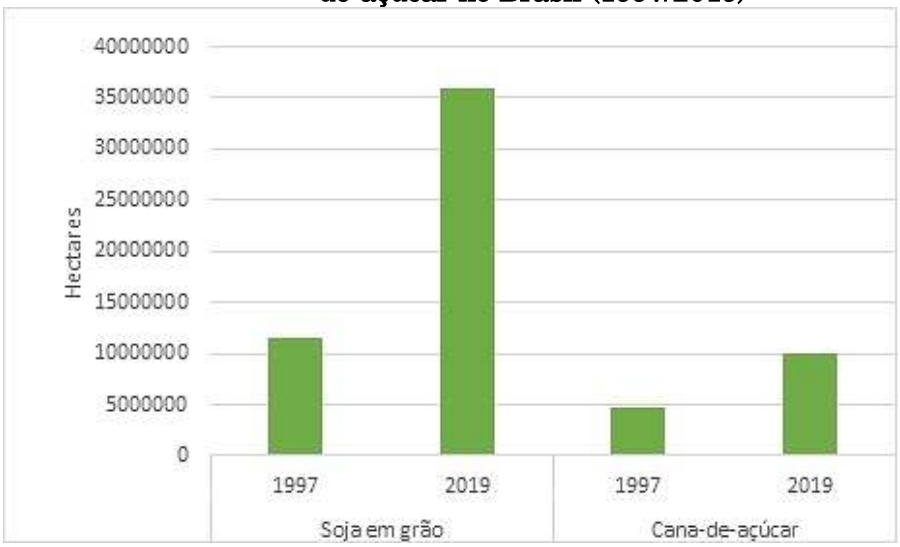
Brasil e Grandes Regiões	Soja em grão (ha)	Cana-de-Açúcar (ha)	Bovinos (cabeças)
Brasil	24.408.729	5.278.346	53.592.801
Norte	1.862.285	50.388	30.384.390
Nordeste	2.747.461	-312.407	4.765.746
Sudeste	1.632.542	3.620.950	69.720
Sul	6.219.672	271.546	-1.290.088
Centro-Oeste	11.946.769	1.647.869	19.663.033

Fonte: Tabela organizada a partir de dados da PPM e da PAM (IBGE, 2021a, 2021b).

Como resultado, observamos uma forte tendência de consolidação econômica do agronegócio. Em nível nacional, a soja avançou sua área colhida em 24,4 milhões de hectares, em termos percentuais 212%; a cana-de-açúcar ultrapassou os 5 milhões de hectares, percentualmente um crescimento de 109%; e o rebanho de bovinos contabilizou um aumento de aproximadamente 53,6

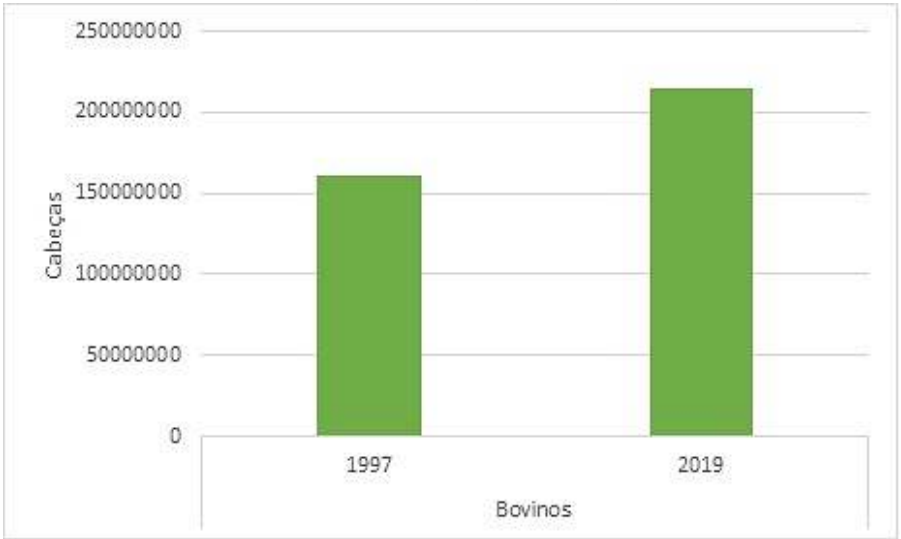
milhões de cabeças, equivalente a 33%. Mostra-se notório, portanto, o crescimento econômico do setor (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Expansão da área colhida (ha) de soja em grão e cana-de-açúcar no Brasil (1997/2019)



Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PAM (IBGE, 2021a).

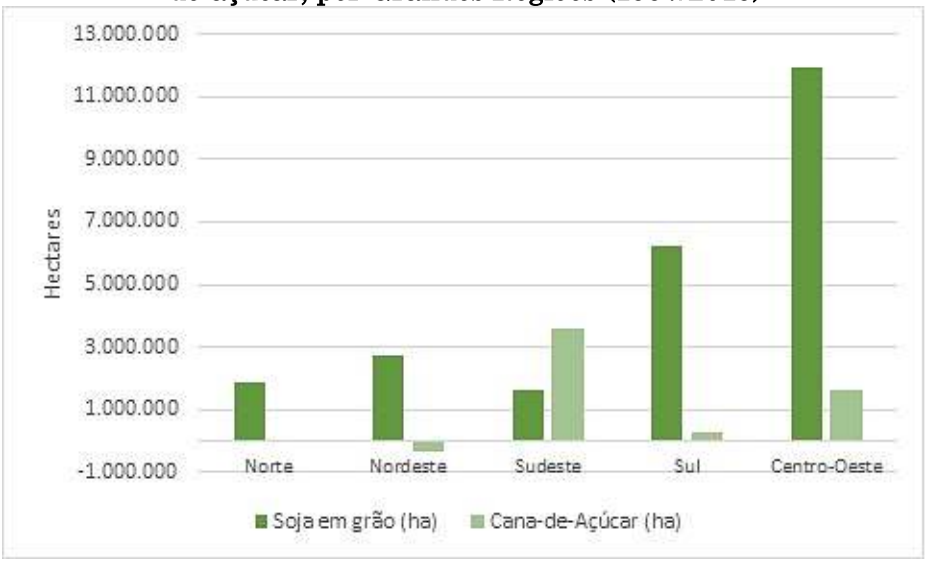
Gráfico 2 - Expansão do rebanho bovino (cabeças) no Brasil (1997/2019)



Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PPM (IBGE, 2021b).

Vejamos como essa expansão se comportou territorialmente, tendo como base a divisão do país em Grandes Regiões. No que diz respeito à soja (Gráfico 3), houve a expansão em todo o território nacional. Em números totais, a maior expansão se deu no Centro-Oeste, com mais 11,9 milhões de hectares, seguido por Sul, Nordeste, Norte e Sudeste. Em termos relativos, a maior e mais alarmante expansão foi registrada no Norte (6.751%), seguido pelo Nordeste (470%), Centro-Oeste (289%), Sudeste (153%) e Sul (110%). Os dados demonstram a investida dessa cultura na fronteira agrícola do país, avançando em "novas" áreas do Centro-Oeste, do Norte e do Matopiba[2].

Gráfico 3 - Variação da área colhida (ha) de soja (em grão) e cana-de-açúcar, por Grandes Regiões (1997/2019)



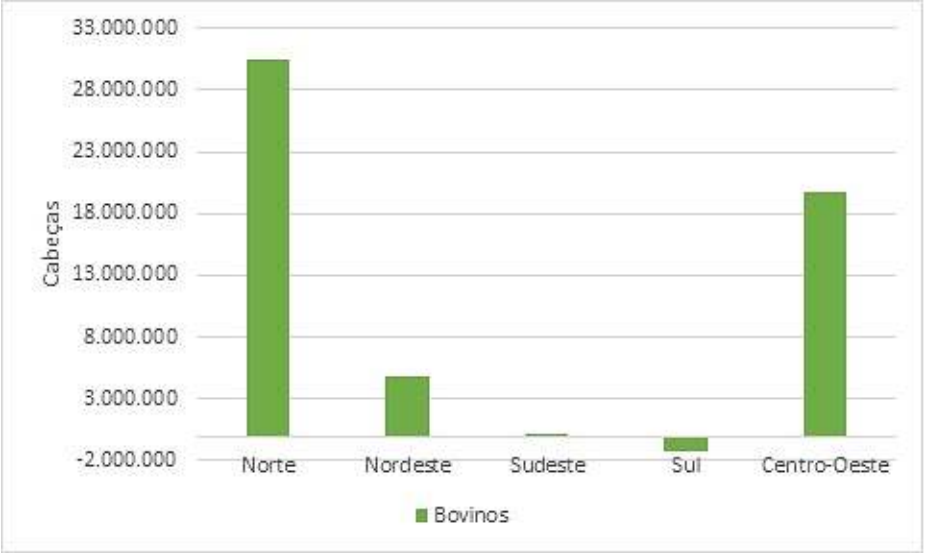
Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PAM (IBGE, 2021a).

[2] Acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, área de forte pressão para expansão do setor, resultando em conflitos e disputas por terra.

A cana-de-açúcar (Gráfico 3) apresentou crescimento de sua área colhida em todas as regiões, com a exceção significativa do Nordeste, área de tradicional cultivo desse item. Em números absolutos, o maior avanço ocorreu no Sudeste com 3,6 milhões hectares a mais, alavancado especialmente pelo estado de São Paulo, em seguida vem o Centro-Oeste e, com números totais menos expressivos, Sul e Norte. Percentualmente, a maior expansão foi contabilizada no Centro-Oeste (510%), seguido por Norte (447%), Sudeste (123%) e Sul (79%). O Nordeste apresentou um recuo total de cerca de 312 mil hectares, percentualmente -26%. Apesar do protagonismo de São Paulo, percebemos um cenário de continuidade da tendência de expansão do setor junto à fronteira agrícola no Norte e Centro-Oeste, bem como um quadro de recuo e/ou estagnação da região Nordeste, afetada pela extinção do Programa Nacional do Álcool no início dos anos 1990 que levou à falência inúmeras usinas.

Por fim, em relação à criação de gado (Gráfico 4), a expansão só não foi registrada na região Sul. Em termos absolutos o Norte despontou com o crescimento de 30,3 milhões de cabeças, seguido por Centro-Oeste e, em menor medida, por Nordeste e Sudeste. Em números proporcionais, o protagonismo ficou novamente com o Norte (157%) e, em sequência, com o Centro-Oeste (36%) e o Nordeste (20%). Já a região Sudeste, apresentou um crescimento ínfimo de 0,19%. O decrescimento do Sul foi na ordem de aproximadamente 1,3 milhões de cabeças, percentualmente -5%. A criação de bovinos aponta, uma vez mais, para o avanço territorial do agronegócio na fronteira agrícola.

Gráfico 4 - Variação do rebanho bovino (cabeças), por Grandes Regiões (1997/2019)



Fonte: Gráfico organizado a partir de dados da PPM (IBGE, 2021b).

Com a análise da produção dos itens pesquisados, é possível depreender que vem ocorrendo uma forte expansão econômica do agronegócio que se caracteriza, fundamentalmente, por sua consolidação no Centro-Sul do país e sua pressão junto à fronteira agrícola em porções do Centro-Oeste e do Norte e, também, no Matopiba. Tudo indica que uma fração do Norte ainda não foi tomada pelo setor, enquanto parte do Nordeste sofre com a estagnação ou a retração.

O avanço da pecuária no Norte é elucidativo desse processo expansionista que, por meio do ciclo *madeira-gado-grãos*, impacta diretamente nos índices de desmatamento e expulsão de povos tradicionais de suas terras. Esse fenômeno se caracteriza pelo deslocamento dos rebanhos no sentido Norte do país, por vezes em detrimento de áreas anteriormente consolidadas do Centro-Sul, que dão espaço para outras *commodities*. O avanço da soja é outro dado

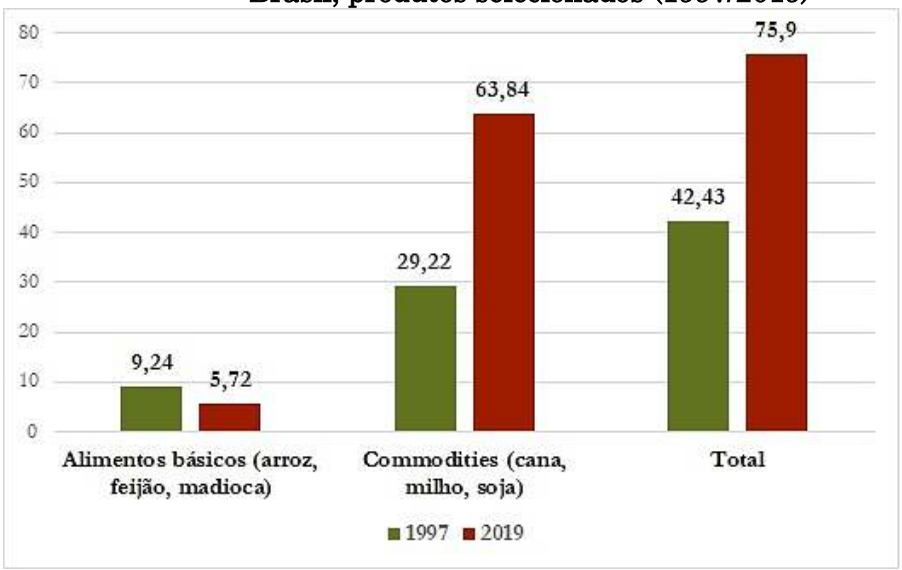
extremamente potente para se avaliar a dimensão territorial do setor, extremamente consolidado no Centro-Oeste e Sul, mas que passa a avançar em partes do Norte e do Nordeste. Por fim, os números da cana-de-açúcar indicam seu deslocamento de áreas tradicionais do litoral do Nordeste e, parcialmente, do Rio de Janeiro, em direção ao interior do país de forma mais modernizada, investindo na mecanização que é propícia nessa região pela presença de um relevo caracterizado por chapadas com solos planos.

Essa conclusão é corroborada quando observamos que, no Brasil, o sistema agropecuário capitalista configurou uma tendência ao monocultivo e à concentração fundiária. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 2006, 807.587 (15,6% do total) estabelecimentos do agronegócio ocupavam 249.690.940 hectares de terra (75,7% do total), enquanto 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar ocupavam 80.250.453 hectares de terra (24,3% do total), o que demonstra uma acentuada concentração fundiária.

Conforme análise de Alentejano (2020a), segundo o IBGE, entre 1996 e 2017, houve ligeira redução da área total dos estabelecimentos agropecuários no país, na ordem de 3 milhões de hectares (ha), provavelmente em razão da criação, no período, de terras indígenas e unidades de conservação ambiental. Com relação à utilização das terras, houve, de um lado, a redução da área de pastagens naturais, e de outro, o aumento das áreas destinadas a lavouras, principalmente, temporárias, pastagens plantadas e matas. No entanto, o autor destacou que não foram todas as lavouras que tiveram crescimento nos últimos anos, posto que a área plantada com alimentos básicos decresceu, ao passo que as

áreas plantadas destinadas às chamadas *commodities* se ampliou, conforme pode-se constatar no gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5 - Área plantada (ha) com lavouras temporárias no Brasil, produtos selecionados (1997/2019)



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados da PAM (IBGE, 2021a).

Para Delgado (2012, p.95) as exportações brasileiras de produtos agropecuários se expandiram fortemente em quantidade e valor na década de 2000, em função do aumento da demanda mundial das chamadas *commodities*, impulsionado pelo crescimento da economia chinesa. O valor médio anual das exportações passou de 50 bilhões de dólares no período 1995/1999 para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000, com a participação dos produtos básicos aumentando de 25% para 45% da pauta de exportações em 2010. Se somarmos os produtos básicos com os semimanufaturados, o percentual aumenta para 54,3%.

Estes dados evidenciam o processo de reprimarização do comércio exterior.

Portanto, é possível compreender que o agronegócio se territorializa em favor do capital financeiro e de uma balança comercial positiva, o que só é possível em detrimento da soberania alimentar brasileira, do avanço do desmatamento no Cerrado e na Amazônia e pelo recurso à violência na tomada de novas terras. Entende-se, dessa forma, o antagonismo irreconciliável entre agronegócio e agricultura camponesa ou familiar.

Girardi (2019) aponta que a violência no campo ocorre devido aos conflitos pela terra, sendo realizada por grandes possuidores da mesma, como empresários e fazendeiros e até mesmo a polícia, que realiza as ações de despejo, sendo o alvo os pobres e oprimidos do campo - como os indígenas, camponeses e quilombolas, dentre outros, que sofrem com a concentração de terras e renda no país. Em 2020, a CPT publicou a comparação dos conflitos no campo entre 2011 e 2020, observando o aumento de 1.390 em 2011 para 2.054 em 2020. Somente em 2020, foram registradas 1.608 ocorrências de conflitos por terra.

Como defendemos nesse trabalho, esse poderio econômico, possibilitado e impulsionado pelo pacto em favor do agronegócio, é fator que se desdobra na forma de uma expansão ampliada. Com isso, o setor fortalece sua atuação na sociedade política e passa a atuar na sociedade civil, de forma a legitimar e manter sua hegemonia para além da estrutura econômica. Diante desse contexto, na sequência focaremos nossas reflexões nesse movimento de construção de consenso no campo político-ideológico, com vistas à melhoria da imagem degradada do setor.

A dimensão político-ideológica

Nesta seção nos deteremos na análise dos mecanismos de expansão do agronegócio, para além da estrutura econômica. Com isso, procuramos investigar a atuação do setor no Estado integral ou ampliado: tanto na sociedade política, isto é, no âmbito do Estado estrito, quanto na sociedade civil, organizada em aparelhos privados de hegemonia (APHs) (GRASMCI, 2014)[3]. Importa demarcar que na esfera política a atuação ocorre principalmente no legislativo, por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da participação nas comissões parlamentares, sendo que no executivo se realiza, fundamentalmente, pela participação em conselhos e pela gestão em órgãos e Ministérios do Estado. No que diz respeito à sociedade civil, os APHs da classe dominante do campo – tais como a mídia, as associações de classe, as fundações e as organizações sociais – passam a atuar na difusão de uma imagem positiva do setor, por meio da publicidade, de atividades culturais e da inserção nas escolas públicas e universidades

Em relação à dimensão política, de início, cabe explicar que as Frentes Parlamentares são "associações suprapartidárias constituídas de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinadas a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade ou tema de interesse dominante" (INTINI, FERNANDES, 2013, p. 88). A FPA, popularmente conhecida como *bancada ruralista*, desponta no

[3] Em resumo, os APHs seriam organismos/agências da sociedade civil, de adesão voluntária, com o papel de organizar as vontades coletivas e construir o consenso (GRAMSCI, 2014).

cenário político em meio às disputas no processo de redemocratização, marcadamente em 1987, tomando maior dimensão nos embates da Assembleia Nacional Constituinte.

De acordo com Regina Bruno (2017), em síntese, o surgimento da frente está atrelado à reação ao I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), à consolidação da Nova República e às ocupações de terra por parte dos movimentos sociais do campo, com destaque para o MST. Tal processo poderia ser dividido em três momentos: 1) a fase da Constituinte em 1988, com o objetivo principal de interditar a presença da reforma agrária no texto da constituição, com o protagonismo da União Democrática Ruralista (UDR); 2) a fase de ofensiva patronal à política de reforma agrária e à luta pela terra, quando o debate interno sobre a necessidade da criação de uma frente parlamentar ganha expressão e há o fortalecimento da defesa do direito à propriedade, sustentado pelos intelectuais do Pensa/USP[4]; 3) por fim, a partir dos anos 2010, inicia-se a etapa de enfrentamento à questão ambiental (Novo Código Florestal) e às reivindicações dos povos indígenas e das populações tradicionais, caracterizada pela defesa do uso mercantil da terra e da consequente apropriação de terras comuns, sob o argumento do valor estratégico da terra como fator de produção e da *segurança jurídica*, como preconizado pelo Pensa/USP (BRUNO, 2017).

Diante desse contexto, a autora evidencia que a visão de mundo do agronegócio, da qual a FPA é representante junto ao

[4] Programa de Pesquisa do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, criado em 1990.

parlamento e aos órgãos do Estado, centra-se na defesa intransigente da propriedade privada, tendo por base um pensamento fundamentalmente conservador.

No que diz respeito ao fortalecimento da FPA, Alentejano (2020b) tece as seguintes considerações:

> O fortalecimento da Bancada Ruralista implica o aumento da capacidade do agronegócio de pressionar por políticas públicas que favoreçam o setor, mas vai muito além disso, pois trata-se de um segmento com nítidas e crescentes articulações com outras bancadas que se fortaleceram nos últimos anos, como a evangélica e a armamentista, conformando o que vem sendo denominado bancada BBB – do boi, da bíblia e da bala, ao que alguns acrescentaram outro B, o dos bancos, indicando a associação dos interesses da oligarquia financeira, com os setores mais retrógrados da sociedade brasileira (ALENTEJANO, 2020b, p. 364).

Observa-se que seu objetivo consiste em canalizar, organizar e unificar as pautas de interesse do agronegócio junto ao parlamento, institucionalizando a representação dos interesses de classe e fortalecendo suas relações de poder. Ainda que haja consideráveis divergências entre o setor, também é papel da FPA construir um consenso mínimo inter e intrassetorial que ganhe capilaridade não apenas no parlamento, alcançando a sociedade civil.

Nesse sentido, Pompeia (2020) defende que a *concertação* política do agronegócio busca promover uma unidade frente aos conflitos internos que podem ameaçar seu projeto de poder. O autor destaca três níveis principais de discordâncias: primeiro, entre as entidades - envolvendo rivalidades intrassetoriais, mas,

especialmente as intersetoriais (agropecuária - indústria - setor terciário); segundo, entre as nucleações ampliadas - com centralidade para a "concorrência" pela liderança entre o Instinto Pensar Agro (IPA)/FPA e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), mas que compreende também as disputas da UDR e da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura (Coalizão); e, terceiro, entre os agentes privados e certos atores do Estado - como em determinadas divisões por dentro da FPA e em discordâncias com os Ministérios da Economia e das Relações Exteriores.

Nota-se, portanto, que na busca por convergência política e racionalização de posicionamentos, a atuação da FPA e de aparelhos de hegemonia que lhe dão suporte, são primordiais para se evitar fragmentações e construir consensos, possibilitando uma capilaridade por todo o Estado ampliado:

> Para além dos aspectos formais e conjunturais, a bancada ruralista é expressão/representação atual do movimento de grandes proprietários de terras e capitalistas com interesses fincados na agropecuária, hodiernamente denominado de agronegócio, e que controla espaços de poder no executivo (Ministério da Agricultura, Embrapa, CONAB, instituições financeiras públicas); no Poder Judiciário; no Ministério Público; e, com representações na sociedade, especialmente, através da CNA, Organização das Cooperativas do Brasil – OCB e da Sociedade Rural Brasileira – SRB (INTINI, FERNANDES, 2013, p. 95).

Tomando por base levantamento realizado por Alentejano (2020a), foi possível verificar que na legislatura 2015-2018 a bancada possuía um total de 214 deputados federais e 24 senadores, representando, respectivamente 41,7% e 29,6%. Já na legislatura

iniciada em 2019, houve um incremento considerável, passando para 225 deputados e 32 senadores, 43,9% e 39,5% respectivamente. Esses dados nos permitem realizar um panorama do poder político-parlamentar do setor, no que concerne à representação via FPA, sendo possível concluir que a bancada funciona como um braço político do agronegócio com considerável força de articulação e poderio em todo o território brasileiro.

Além do fortalecimento da FPA, a inserção do setor no executivo é notável em diferentes composições político-partidárias, especialmente no que diz respeito ao que podemos considerar um verdadeiro monopólio da gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) pelos ruralistas. Como exemplos, podemos citar a nomeação de Roberto Rodrigues, então presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), como o primeiro Ministro da Agricultura da gestão Lula da Silva e a nomeação da pecuarista Kátia Abreu, integrante da CNA, para o mesmo cargo pela presidenta Dilma Rousseff.

Com o golpe de 2016 e a tomada do poder por Michael Temer há uma radicalização dessa inserção, que culmina na extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelas políticas fundiárias e por estabelecer um certo contrapeso à hegemonia dos ruralistas no Mapa. Na gestão Bolsonaro, esse poderio alcança patamares ainda mais elevados com a indicação de um integrante da UDR para a Secretaria de Assuntos Fundiários.

Tal infiltração na sociedade política precisa ser, no entanto, respaldada e legitimada em outras esferas. Com esse objetivo, o agronegócio passa a mobilizar cada vez mais seu arsenal de forma a

"conquistar" toda a sociedade brasileira, disseminando e impondo sua ideologia. Como anunciado, a dimensão ideológica do setor diz respeito à ação desenvolvida na sociedade civil, entendida como uma arena da luta de classes. É por meio dos APHs que a "sociedade" se organiza de forma a construir e disseminar sua ideologia, organizando e conformando o consenso pela atuação dos *intelectuais orgânicos* (GRAMSCI, 2014). Esse processo tem por objetivo a conquista ou a manutenção da *hegemonia* de um grupo ou de uma classe sobre suas frações e as demais classes, de modo a ser dominante e dirigente (GRAMSCI, 2014).

Fazendo um recorte para a análise da sociedade brasileira, Casimiro (2018) destaca a grande disseminação de APHs da nova direita no país, especialmente com a redemocratização do país. Segundo o autor,

> A diversidade e multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia da nova direita no Brasil demonstram o processo de ampliação do Estado. Essa ampliação consiste em que o Estado não pode ser reduzido ou compreendido simplesmente a partir do conjunto de seus órgãos, agências e aparatos administrativos. Ele "amplia-se" à medida que essas organizações de caráter patronal inscrevem seus projetos de hegemonia na ossatura material do Estado, universalizando-os, isto é, transformando-os em projetos "nacionais" de "interesse da nação", para o "bem-comum" etc. (CASIMIRO, 2018, p. 458).

É com base no entendimento do Estado ampliado que podemos compreender a conformação de uma hegemonia do agronegócio, que se expande para além da base material das relações sociais de produção para conquistar o poder tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Com a complexificação

do Estado brasileiro, especialmente após a redemocratização, o empresariado passa a perceber uma necessidade de reconfiguração de sua atuação, que não pode mais ficar restrita à sociedade política, precisa agora disputar a sociedade civil, ampliando sua atuação para a consolidação de uma hegemonia de fato, que pressupõe a contraditória "relação" entre coerção e consenso.

Nesse sentido, Ana Chã (2018), ao estudar a atuação do setor na indústria cultural, faz as seguintes considerações:

> A realidade, porém, com a crescente aposta do setor na ampliação da sua atuação para aparelhos privados de hegemonia, como as escolas e o *marketing* cultural, tem mostrado que o processo de expansão do agronegócio, que ameaça a agricultura camponesa e as comunidades tradicionais, implica também uma territorialização da indústria cultural no meio rural que passa a ocupar um espaço central na vida dessas populações, cumprindo muitas vezes um importante papel de desmobilização e perda da identidade com a vida no campo (CHÃ, 2018, p. 18-19).

Como a própria autora sugere, essa atuação passa a mobilizar também as escolas públicas do país, que passam a ser tomadas pela ideologia do agronegócio. Tal disseminação é levada a cabo por meio de pretensos programas educacionais, materializadas através de "parcerias público-privadas" em educação (PPPEs). Além de disseminar a lógica de mercado nas escolas do país, em consonância com os pressupostos neoliberais, os programas servem como instrumentos de propaganda do setor.

Por fim, compreendemos que o agronegócio vem se utilizando de um grande e organizado aparato político-ideológico

que visa solidificar a inserção do setor no Estado em seu sentido ampliado, isto é, tanto na sociedade política quanto na sociedade civil. Essa atuação na superestrutura tem por fundamento a força econômica do setor e objetiva não apenas garantir a expansão dessa frente, como também legitimá-la. Com base nessas considerações, na próxima seção nos deteremos na análise da investida do agronegócio contra a educação brasileira.

A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica

As consequências do avanço do agronegócio para as populações rurais são muitas e envolvem o agravamento das desiguais condições sociais a que os povos que vivem no campo foram submetidos historicamente. Dentre essas, observamos que a desigualdade no acesso à educação pública é um dos principais alvos da crítica dos movimentos sociais campesinos.

Além de defender mais acesso à educação, há também a luta dos movimentos sociais para que as populações do campo tenham direito a uma educação formulada por e para eles. Não mais uma educação de caráter urbanocêntrico, apenas adaptada para o campo, como tem sido a história do que ficou conhecido como *educação rural* no Brasil, mas, sim a formulação de outra concepção de educação, a Educação do Campo.

No entanto, é possível observar que na atualidade muitos falam em nome da Educação do Campo, mas nem sempre desde os mesmos fundamentos e objetivos. Embora recente na história brasileira, a Educação do Campo tem tido papel fundamental na

discussão da realidade educacional do campo, especialmente no que diz respeito às escolas públicas, considerando-se o ponto de vista dos próprios trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações. Talvez por isso, nota-se uma disputa do conceito por diferentes grupos, até por representantes do polo do capital (empresários do agronegócio, governos etc.) que tentam associar essa concepção a uma visão "modernizada" da educação rural, historicamente associada ao atraso do latifúndio (CALDART, 2016, p. 1).

Conforme Cordeiro (2017), o contraditório processo de disputa da Educação do Campo, que envolve uma ofensiva do agronegócio, se configura através de duas frentes mais ilustrativas: o processo de nucleação de escolas rurais e a influência do agronegócio na educação pública. O processo de fechamento e nucleação de escolas rurais resulta em uma reorganização espacial da oferta escolar, com retração da oferta no meio rural e concentração no meio urbano, enquanto a influência do agronegócio na educação pública ocorre principalmente por meio de parcerias público-privadas em educação (PPPEs) entre empresas do agronegócio e redes públicas de ensino.

Portanto, é possível concluir que, como desdobramento do fortalecimento econômico e da ação político-ideológica do agronegócio, houve nos últimos anos a estruturação de uma ação cada vez mais contundente do setor sobre a educação, que se expressa em dois processos: o fechamento de escolas no campo e o desenvolvimento de um conjunto de ações que buscam assegurar a difusão de uma visão favorável nas escolas brasileiras do campo e da cidade.

Expansão do agronegócio e fechamento de escolas no campo

Dentre todos os problemas que afetam o campo brasileiro na atualidade, o processo de fechamento de escolas rurais se configura como um dos mais graves, porque constitui um crime contra a nação brasileira. Considerando que a educação tem sua especificidade e natureza delimitada ontologicamente nos fundamentos e princípios que possibilitam nos tornarmos seres humanos, fechar escola representa um violento ataque à própria humanização da população brasileira, um verdadeiro crime contra uma nação e sua classe trabalhadora, em especial aos povos do campo, florestas e águas (TAFFAREL; MUNARIM, 2015, p. 45).

No período de 1997 a 2019, foram fechadas mais de 82 mil escolas rurais no campo brasileiro, demonstrando que a retração da oferta escolar rural já vem ocorrendo há bastante tempo (CORDEIRO, 2022). Em 1997, o número de escolas rurais no Brasil era bem maior que o número de escolas urbanas e em 2019 o número de escolas rurais diminuiu drasticamente, enquanto o número de escolas urbanas passou a ser um pouco maior que o dobro do número de escolas rurais, conforme pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - Estabelecimentos de Educação Básica do Brasil, por localização (1997/2019)

Ano	Urbana	Rural	Total
1997	87.921	137.599	225.520
2019	127.077	55.391	182.468
Diferença	39.156	-82.208	-43.052

Fonte: Tabela organizada a partir de dados das Sinopses Estatísticas da Educação Básica (MEC, INEP - 1997/2019).

Na tabela 3, que mostra o número de escolas por Grandes Regiões, pode-se observar que houve retração da oferta escolar rural em todas as regiões entre os anos de 1997 e 2019, com destaque para a região Nordeste. Nesta região, houve a maior redução absoluta no número de escolas rurais (-42.819), o que representa pouco mais da metade do número total de escolas fechadas no Brasil nesse período. A segunda região que mais fechou escolas rurais foi a região Sul, seguida das regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos de ensino de educação básica no Brasil, por localização (1997/2019)

Grandes Regiões	1997			2019			Diferença		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Norte	28.290	5.823	22.467	22.180	8.525	13.655	-6.110	2.702	-8.812
Nordeste	101.243	29.213	72.030	62.346	33.135	29.211	-38.897	3.922	-42.819
Sudeste	52.514	33.205	19.309	60.078	53.467	6.611	7.564	20.262	-12.698
Sul	31.682	13.589	18.093	25.695	21.413	4.282	-5.987	7.824	-13.811
Centro-Oeste	11.791	6.091	5.700	10.311	8.725	1.586	-1.480	2.634	-4.114

Fonte: Tabela organizada a partir de dados das Sinopses Estatísticas de Educação Básica (MEC, INEP – 1997/2019).

Na análise dos valores relativos da retração da oferta escolar rural nas grandes regiões brasileiras, demonstrada na tabela 4, o impacto da retração fica ainda mais evidente pois a região com a menor retração, a região Norte, teve uma redução de 39,2% da oferta escolar rural que possuía em 1997, um percentual que já é considerável. A região que teve a maior retração em número relativo da sua oferta escolar rural foi a região Sul, que perdeu 76,3% das escolas rurais que possuía em 1997. Na análise percentual, as regiões que mais fecharam escolas foram Sul, Centro-Oeste e Sudeste, justamente aquelas onde o agronegócio está mais consolidado.

Tabela 4 - Variação da oferta de estabelecimentos de ensino em áreas rurais (1997/2019)

Grandes Regiões	Rural		Diferença absoluta	Diferença relativa
	1997	2019		
Brasil	137.599	55.345	-82.254	-59,80%
Norte	22.467	13.655	-8.812	-39,20%
Nordeste	72.030	29.211	-42.819	-59,40%
Sudeste	19.309	6.611	-12.698	-65,80%
Sul	18.093	4.282	-13.811	-76,30%
Centro-Oeste	5.700	1.586	-4.114	-72,20%

Fonte: Tabela organizada a partir de dados das Sinopses Estatísticas de Educação Básica (MEC, INEP – 1997/2019).

Dentre as principais causas que costumam ser citadas por estudiosos do tema, tais como Mariano e Sapelli (2014), Bibiano e Souza (2016), Cordeiro (2017, 2022) e Nogueira e Ramires (2017), para o fechamento de escolas rurais, estão o avanço do agronegócio no campo, que tem expandido a monocultura e a concentração de terras e a fragilização da agricultura familiar camponesa, resultado

do maior estímulo governamental para a expansão do agronegócio. Além disso, discute-se também a respeito do projeto de campo defendido pelo Banco Mundial, que pressiona o Estado a renunciar à sua obrigação de promover a desconcentração fundiária por meio da distribuição da terra e, ao invés disso, incentiva o controle do território agrário por grandes empresas.

Entre as principais justificativas utilizadas para o fechamento de escolas rurais pelo poder público estão as razões de ordem econômica, a pequena demanda de alunos, o difícil acesso às escolas, a falta de professores e orientadores pedagógicos e a precariedade nas condições de funcionamento das escolas. Justificativas que são bastante questionáveis, se considerarmos que cabe ao próprio poder público solucionar a maior parte dessas mesmas questões, usadas como pretexto para fechar escolas rurais.

Em face disso, Cordeiro (2017) defende que o fechamento e a nucleação das escolas rurais é um dos quatro elementos que comprovam a ofensiva do agronegócio contra o projeto da Educação do Campo. Os outros elementos são: a mercantilização da educação, o avanço do agronegócio nas escolas públicas brasileiras e a ressignificação do conceito de Educação do Campo.

A ofensiva sobre as políticas educacionais: currículos, materiais didáticos e formação de professores

A década de 1980 foi marcada por profundas lutas pela educação pública brasileira, com universalização do ensino de qualidade e democratização do conhecimento, as quais desembocaram em importantes conquistas na Constituição de 1988,

que reconheceu a educação como direito da população e dever do Estado.

Porém, nos anos 1990, estas conquistas foram sendo passo a passo erodidas. Sob a influência do Banco Mundial foram introduzidas medidas que redefiniram o papel do Estado, o que contribuiu para o fortalecimento do setor privado e inserção empresarial na educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, são exemplos deste processo.

Como resultado desse processo, também o agronegócio tem buscado estratégias de inserção na educação pública articulando-se por meio de programas, projetos e ações. Dentre eles o Programa Agrinho, o Programa Agronegócio na Escola e a campanha De Olho no Material Escolar.

O Programa Agrinho foi implantando em 1996 nas escolas públicas do estado do Paraná, com o objetivo de promover a formação profissional rural e melhorias na qualidade de vida no campo, fruto de uma iniciativa do Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) do Paraná, juntamente com a Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná). O Senar foi criado em 1976, vinculado ao Ministério do Trabalho, e retomado em 1991 sob a guarda da CNA e no âmbito estadual associado às federações.

Este programa traz como slogan "Um Programa de Responsabilidade Social" que contou com o apoio de entidades públicas como o Ministério Público do Estado do Paraná e do Ministério do Trabalho; e com entidades empresariais como o Dow AgroSciences, que buscaram legitimar suas ações, colocando-se como socialmente responsáveis. A Faep passou a promover as ações

do Programa, que possui como estratégia dar orientações e conscientizar estudantes sobre temas como meio ambiente e trabalho, para que estes possam levar o conhecimento para suas famílias.

Além disso, também é feita a capacitação de professores para atuarem com base nos temas sugeridos, promovendo a participação tanto do corpo discente quanto docente nos concursos anuais promovidos por estas instituições, premiando os melhores trabalhos. No decorrer de sua implementação, o projeto se expandiu no território nacional, chegando nas cinco regiões e, ao menos, em mais cinco estados (Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Rondônia e Espírito Santo), consolidando-se e completando 21 anos atualmente. O Programa interfere diretamente na escola e sua pedagogia, direcionando professores e alunos para a ideologia do capital (SISTEMA FAEP, 2021).

O programa Agronegócio na Escola é desenvolvido nas escolas públicas municipais do estado São Paulo desde 2001, a partir do pensamento pedagógico baseado na competitividade internacional e na segurança alimentar, utilizados para difundir a responsabilidade socioambiental e comprometimento do agronegócio com a sustentabilidade (LAMOSA, 2013). A Campanha de Valorização Institucional da Imagem do Agronegócio e o programa Agronegócio na Escola, com o apoio da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), afirmam que qualquer modelo de desenvolvimento contrário ao agronegócio é considerado retrógrado.

É importante ressaltar que a inserção empresarial nas escolas aumentou a partir de 2006, com o movimento "Todos pela Educação". Isso ocorreu por meio da proposição de parcerias com

todos os segmentos da sociedade, facilitando a presença da Abag nas escolas públicas, com o objetivo de difundir uma nova imagem do agronegócio, utilizando-se do conceito de meio ambiente para fazer tal inserção.

> A assimilação da escola pública e seus intelectuais ao projeto de hegemonia de uma determinada fração da classe dominante retira desta escola seu caráter público, na medida em que seu projeto político pedagógico passa a sofrer a mediação de interesses privados (LAMOSA, 2013, p. 10).

Com isso, a mediação entre a Abag e a escola trouxe como resultado a promoção dos valores do agronegócio assimilados pelos alunos por meio de concursos, visitas às empresas associadas, passeios e prêmios, contribuindo para que houvesse mudança na percepção da imagem do agronegócio na escola e para a perda de autonomia do educador e da criticidade do processo de ensino aprendizagem. Também é importante lembrar que este movimento empresarial esteve situado em uma região com intensos conflitos entre os movimentos sociais do campo e o agronegócio.

No ano de 2020 teve início uma campanha liderada por um grupo que se autointitula “mães do agro”, conhecido como “De Olho no Material Escolar” (Dome), que possui como foco alterar os materiais didáticos para apresentar a visão considerada correta para o agronegócio. Segundo a organização, há uma propagação de imagens negativas do agronegócio circulando nos livros didáticos e na escola.

O ex-deputado do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) Xico Graziano, afirmou em vídeos que o conteúdo presente no livro didático sobre o agronegócio além de ser preconceituoso não possui embasamento científico. Por ser recente, a proporção que tem tomado devido aos seus mecanismos de ação por meio das redes sociais como *Youtube*, *Instagram* e *Facebook* tem gerado preocupações, pois estimula uma falsa apresentação dos acontecimentos, alegando unilateralidade, ao colocar o agronegócio como fundamental para o país, bem como a crítica aos textos presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que são considerados negativos para o "agro". Dentre eles, o uso de agrotóxico e o desmatamento, além dos ataques aos docentes do ensino básico.

Em maio de 2021 a Associação dos Geógrafos Brasileiros (GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI, 2021), seções Rio de Janeiro e Niterói, publicou um informe escrito pelo Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ (GeoAgrária) e Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da AGB (GTAgrária) sobre essa nova ofensiva do agronegócio na educação. No documento são denunciadas algumas ações que já estavam sendo postas em prática pelo Dome, bem como alguns dos objetivos da campanha, como a intenção de interferir nos materiais didáticos, no currículo e no processo de formação de professores.

O caráter excludente da campanha não se restringe somente a isto, ele também busca apagar dos livros didáticos assuntos referentes à superexploração do trabalho, concentração fundiária, violência no campo, entre outros assuntos, para transmitir a ideia de que o agronegócio só possui aspectos positivos.

Xico Graziano, principal ideólogo, e Marcos Fava Neves afirmaram em seu texto "Novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil" (2021) que o livro didático induz o discente a acreditar que os agricultores são os opressores do campo, afirmando que a ideologia não deveria fazer parte do ensino.

Junqueira e Bezerra (2018) afirmam que o agronegócio procura desvincular sua imagem de questões como conflitos por terra e violência no campo, pois, segundo seu argumento, prejudica a solidariedade entre campo e cidade. Os autores também apontam que uma das ações do agronegócio é fazer um "apelo à união e à solidariedade popular em favor do agronegócio, como única alternativa ao progresso nacional" (JUNQUEIRA; BEZERRA, 2018, p. 1384).

Além da defesa contra a existência de uma ideologia antiga nas escolas, Graziano e Neves (2021) indicam dez temas sobre o agronegócio que poderiam ser abordados no material didático: (1) Cooperativismo no agro; (2) Aproveitamento dos alimentos; (3) Matas ciliares; (4) Bem-estar animal; (5) Novos alimentos (como pitaia e castanhas); (6) Bioeconomia; (7) Agricultura digital; (8) Melhoramento genético; (9) Agro colaborativo; (10) Atividades secundárias (silviculturas, pisciculturas, floriculturas e outros).

Para que estes temas possam estar presentes tanto no currículo quanto no livro didático o DOME realizou uma reunião virtual com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que possui o deputado federal Jerônimo Göergen como integrante; com o Projeto Refazenda que possui como objetivo promover oficinas e atividades com crianças sobre o agronegócio; e mães idealizadoras

do projeto De Olho no Material Escolar para discutir o tipo de representação que o agronegócio vem tendo nos materiais didáticos.

Além disso, a ministra da Agricultura, Teresa Cristina, criticou a forma como o agronegócio é retratado nos livros didáticos comprometendo-se a levar o problema para o então ministro da Educação, Milton Ribeiro. Este se reuniu com uma das líderes do Dome e vários parlamentares da FPA em dezembro de 2020 (GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI, 2021). Também houve uma reunião com o secretário de educação do estado de São Paulo com a intermediação do deputado federal Geninho Zuliani (DEM-SP).

Outra conquista do Dome foi a decisão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo de revisar os materiais didáticos distribuídos para as escolas púbicas estaduais (RAMOS, 2022).

Além das reuniões, também estão presentes nas redes sociais, como o *Instagram*, e possuem entrevistas no *Youtube* e Canal Terraviva, por meio do programa Terraviva na escola, e no Grupo JovemPan, com o programa A Hora do Agronegócio.

Logo, ao conseguir produzir um imaginário coletivo e legitimar-se, a campanha traz consigo a ocultação dos temas pertinentes para o processo de formação, bem como a incitação à perseguição aos professores, buscando alterar a BNCC, para que uma nova narrativa possa ser contada. Com isso, a disseminação de sua ideologia está relacionada ao "único" possível modelo de produção do campo, buscando ocultar as relações sociais de produção contraditórias.

Conclusão

A força política cada vez mais evidente do agronegócio tem levado seus representantes a ampliar os campos da vida social nas quais o setor busca ditar os rumos e a educação tem sido uma das frentes dessa ação.

Procuramos demonstrar neste texto como no seu processo de expansão econômica, expresso no aumento da área produzida com *commodities* sobre a forma da monocultura e da criação de gado, o agronegócio contribuiu para o fechamento de escolas, uma vez que expulsa trabalhadores e suas famílias do campo, reduzindo a demanda por escolas no campo. Por outro lado, seja nas escolas que permanecem existindo nas áreas rurais, seja nas escolas da cidade, observa-se uma incidência crescente do agronegócio, buscando interferir nos currículos, na formação dos professores e no material didático, de modo a generalizar uma imagem favorável do setor e impedir que as escolas sejam um espaço de debate crítico sobre os problemas gerados pela hegemonia do agronegócio no campo e na sociedade brasileira.

A hegemonia do agronegócio reforça o poder do latifúndio, bloqueia a reforma agrária, aprofunda a expropriação e a violência contra camponeses, indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. A expansão da produção agropecuária centrada na grande propriedade, articulada ao grande capital transnacional e sustentada política e economicamente pelo Estado brasileiro e ideologicamente pela mídia empresarial concentra riqueza, promove devastação ambiental (desmatamento e contaminação de águas, solos, alimentos e trabalhadores por agrotóxicos) e se

reproduz com base na violência e na exploração do trabalho (inclusive com trabalho escravo).

É preciso recolocar na pauta política do país uma reforma agrária que desconcentre a terra, o poder e a riqueza no campo e promova a produção de alimentos saudáveis a partir da perspectiva agroecológica. E para isso é fundamental evitar que as escolas sejam mais um espaço de reprodução acrítica da autoimagem projetada pelo agronegócio. É preciso que as escolas sejam espaço onde professores/as e estudantes possam debater livremente os problemas gerados pela hegemonia do agronegócio.

Referências

ALENTEJANO, P. R. R. A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no país. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, dez, 2020a. p. 251-285.

_____. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. *REVISTA DA ANPEGE*, v. 16, p. 351-390, 2020b.

BIBIANO, G. L.; SOUZA, F. E. Dicotomias e Territórios em disputa no fechamento de escolas no campo das mesorregiões Leste e Norte goiano. In: Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE), 2016, Pirenópolis. Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG (CEPE), v. 3, 2016.

BRUNO, R. Brancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G. (org.). *Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]:* conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

CALDART, R. S. Sobre a especificidade da educação do campo e os desafios do momento atual. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.

(org). Teoria e educação no labirinto do capital. 4 ed. São Paulo, 2016. p. 317-363.

CASIMIRO, F. H. C. A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHÃ, A. M. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão popular, 2018.

CORDEIRO, T. G. B. F. A educação do campo no confronto entre agronegócio e agricultura camponesa. In: *Simpósio Internacional de Geografia Agrária*, 2017, Curitiba. Anais do SINGA 2017, 2017.

_____. *A hegemonia do agronegócio do campo à educação*: coerção e consenso na ofensiva contra a luta por terra e por Educação do Campo. 2022. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

CPT. Conflitos no campo: Brasil 2020. *Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, Goiânia*: CPT Nacional, 2021. 279 p.

DELGADO, G. C. *Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio*: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In MARAFON, G. J., RUA, J. & RIBEIRO, M. A. *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GEOAGRÁRIA; GTAGRÁRIA AGB-RIO/NITERÓI. A nova ofensiva do agronegócio sobre a educação. *GeoAgrária FFP*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 2021. Disponível em: <https://geoagrariaffpuerj.blogspot.com/>. Acesso em: 01 maio 2021.

GIRARDI, E. P. O Brasil em face aos conflitos e violências agrárias. *CONFINS (PARIS)*, v. 501, p. 1 - 8, 2019.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. vol. 3. Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAZIANO, F; NEVES, M. F. *O novo mundo rural e a produção de alimentos no Brasil*: Sugestões de conteúdo e uma nova abordagem para o material didático do ensino fundamental no país, 2021.

Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/O-Novo-Mundo-Rural-e-a-Producao-de-Alimentos-no-Brasil.pdf> Acesso em: 20 de Ago. de 2021.

IBGE. Censo Agropecuário – Resultados definitivos. Anos 2006 e 2017.

IBGE. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em 22 jun. 2021a.

_____. Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>. Acesso em 03 jun. 2021b.

INTINI, J. M.; FERNANDES, U. F. Bancada Ruralista: a face política do agronegócio. Revista da ABRA, p. 87–96, 2013.

JUNQUEIRA, V.H; BEZERRA, M.C.S. A ideologia do agronegócio na educação básica. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 36, n. 4, p.-, out./dez. 2018.

LAMOSA, R. O programa Agronegócio na Escola: um estudo de caso sobre a educação ambiental empresarial nas escolas públicas brasileiras. *VII EPEA -Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental*, Rio Claro-SP, 2013. p. 1-14.

MARIANO, A. S.; SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas do campo. In: 6º. Seminário Nacional Estado e políticas sociais 2º. seminário de Direitos Humanos, 2014, Toledo PR. Anais do 6º. Seminário Nacional Estado e políticas sociais 2º. seminário de Direitos Humanos - Unioeste, p. 1-16, 2014.

MEC/INEP. Sinopses estatísticas da educação básica 2007 a 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 24 set. 2021.

NOGUEIRA, A. M.; RAMIRES, J. C. L. O agronegócio e o fechamento de escolas rurais no Brasil: algumas reflexões. In: Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo, 2017, Catalão. Congresso Interinstitucional Brasileiro de Educação Popular e do Campo - Conhecimento e reconhecimentos: enfrentamentos nos processos de institucionalização. Catalão: UFG-Regional de Catalão, p. 1-15, 2017.

POMPEIA. C. Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 104, p.1-17, 2020.

RAMOS, C. S. Governo paulista revisará conteúdo de material escolar sobre agronegócio. São Paulo: *Valor Econômico*, 2022.

SISTEMA FAEP. Programa Agrinho. Disponível em: <https://www.sistemafaep.org.br/agrinho/>. Acesso em: 20 de Ago. de 2021.

TAFFAREL, C. N. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015.

Submetido em: 23 de maio de 2022.

Devolvido para revisão em: 26 de agosto de 2022.

Aprovado em: 08 de setembro de 2022.

Como citar este artigo:

ALENTEJANO, P.; CORDEIRO, T.; LINES, R.; SILVA, L.; LINHARES, I. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 433–470, [2021]. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2320.